



OBSERVATÓRIO BR-319

<<< INFORMATIVO Nº 26 | DEZEMBRO 2021 >>>



Foto: Cristie Sicsú

www.observatoriobr319.org.br



1. Barra de Navegação

Botão do Sumário do Documento.

Como navegar?

Bem-vindos e bem-vindas ao PDF interativo do Informativo do Observatório BR-319. Para uma melhor interação, recomendamos que você baixe o arquivo em PDF e use o leitor Acrobat ou visualize através dos navegadores (browser) Firefox, Google Chrome ou Internet Explore. Siga nossas instruções e boa leitura!

2. Links/Hyperlinks

www.observatoriobr319.com.br

Textos sublinhados são hyperlinks que te levarão para um link externo.

4. Visualização em Smartphones



Para uma leitura mais confortável, o recomendado é **ativar a função de rotacionar a tela** do seu aparelho para o modo paisagem.

3. Ícones Interativos



Botão que indica links externos.



Botão que indica mais conteúdo.



Botão para vídeos externos.



Botão para áudios externos.



Botão que indica informações e agendamentos.



Botão que indica visualização de galerias de fotos no documento



Botão que amplia as fotos ou documentos

Indica a numeração e a navegação pelas página

≡ Nesta Edição

4 Editorial

5 Destaque do Mês

- Ausência de gestor na Floresta Estadual de Tapauá dificulta acesso a políticas públicas

11 Interior em Foco

- Produção de castanhas é alternativa sustentável para geração de renda em Tapauá

13 Monitoramentos

- Focos de Calor
- Desmatamento
- Covid-19

20 Diálogos da BR-319

- Governo Federal quer estabelecer diálogo direto com atores envolvidos no processo de licenciamento das obras no Trecho do Meio

22 Ciência

- A realidade da nova fronteira de degradação da Amazônia brasileira

24 Minuto BR



Editorial

O Observatório BR-319 se propõe a desenvolver, reunir e disseminar informações e pesquisas feitas na área de influência da BR-319 para qualificar o debate, reconhecendo a importância do protagonismo das comunidades tradicionais, povos indígenas, produtores familiares e instituições na construção e fortalecimento da governança na região.

Este é o último Informativo de 2021, embora lançado em 2022. Ao longo deste difícil ano, como a maioria dos amazonenses, tivemos diversos desafios, tanto de ordem pessoal quanto profissional, mas nos mantivemos firmes no propósito de entregar um conteúdo de qualidade aos nossos leitores.

Neste mês, apresentamos duas matérias produzidas durante a nossa primeira ida a campo desde o início da pandemia, em visita ao município de Tapauá. O Destaque do Mês fala sobre a importância da presença de um gestor em uma das Unidades de Conservação mais pressionadas da BR-319, a Floresta Estadual (FES) de Tapauá, que tem acumulado, cada vez mais, alertas de desmatamento e denúncias de invasões desde 2018. Mas, também, trazemos boas notícias, como a fábrica de castanha instalada na cidade. O empreendimento representa uma oportunidade de negócio sustentável e desenvolvimento das atividades extrativistas, tão importantes para a bioeconomia do nosso estado.

O Informativo também traz novidades: uma nova seção! Trata-se de mais um espaço de discussão sobre a rodovia criado pelo Governo Federal. As reuniões serão mensais e abordarão, especificamente, questões voltadas para a governança da BR-319.

A seção Ciência traz um estudo super recente realizado por uma estudante de mestrado do Instituto Nacional de Pesquisas da

O OBSERVATÓRIO BR-319 MONITORA MENSALMENTE FOCOS DE CALOR, DESMATAMENTO E COVID-19

Amazônia (Inpa), que aborda perdas de carbono devido ao desmatamento no Distrito Realidade, localizado em Humaitá (AM).

Por fim, mas como faço questão de ressaltar todos os meses, temos a seção de monitoramento, que apresenta dados sobre o avanço do desmatamento na área de abrangência da rodovia e a redução no número de focos de calor. Não deixe de conferir as últimas notícias no Minuto BR.

Neste ano que se inicia, não deixe de acompanhar o Informativo OBR-319, a única publicação dedicada a reunir assuntos importantes sobre a rodovia, para que você esteja sempre bem informado e bem informada. Que 2022 seja um ano de resiliência, ressignificação, com mais tranquilidade, boas notícias e muita, muita saúde para todos e todas.

Fernanda Meirelles

Secretária Executiva do Observatório BR-319



Destaque do Mês



Foto: Cristie Sissu / Cedida



Ausência de gestor na Floresta Estadual de Tapauá dificulta acesso a políticas públicas

Situação apontada por moradores e lideranças prejudica a qualidade de vida e favorece invasões ao território.

Com uma área de 881.704 mil hectares e, pelo menos, seis comunidades, a Floresta Estadual (FES) Tapauá, na calha do rio Purus, abriga populações indígenas e extrativistas que enfrentam diversos desafios, os maiores são ligados ao saneamento básico e ao acesso a políticas públicas. Lideranças locais apontam a falta de um gestor específico para a área protegida como a raiz da situação. Além disso, desde 2018, a floresta vem registrando índices crescentes de desmatamento, que atingiu recordes em 2021.

O Observatório BR-319 esteve em Tapauá, a 449 quilômetros da capital, Manaus (AM), em novembro. Na ocasião, a equipe, liderada pela pesquisadora Paula Guarido, esteve com lideranças comunitárias e indígenas, além de autoridades municipais.

Foram diversos os relatos de invasões, atividades ilegais e problemas relacionados à ausência do Estado em Áreas Protegidas do município.

A reivindicação mais presente na fala dos moradores da FES



Comunidade ribeirinha em Tapauá.



Fotos: Cristie Sicsú / Cedida

Fotos: Cristie Sicsú / Cedida

Tapauá foi sobre a presença de um gestor na Unidade de Conservação. Segundo o líder da comunidade Paiol, Edilson Santana, a presença de um gestor facilitaria o acesso a todos os tipos de direitos para os moradores do local. “Não temos comunicação, nossa comunidade fica há duas horas de lancha [da sede] de Tapauá e, para se comunicar, a gente tinha rádios comunicadores que eram da reserva, mas está tudo desativado e não recebemos nenhum técnico para consertar. A falta do gestor contribuiu para esses problemas, com certeza”, disse Santana.

Raimundo Firmiano, líder das comunidades Baturité e Jatuarana e, também, representante da Associação Agroextrativista dos Moradores da Floresta Estadual Tapauá (Ammfet), diz que um dos maiores problemas vividos pelas comunidades é o acesso precário ao fornecimento de energia elétrica. “Temos um gerador de energia que dura cinco horas, mas, às vezes, falta o diesel por uns 30 dias e, durante esse tempo, a gente fica sem energia”, diz. O acesso à educação, à saúde e à água potável

também são escassos, segundo o líder. “Na comunidade de Baturité temos uma escola para alunos até a 4ª série, um poço e um agente de saúde, mas, na comunidade Jatuarana não tem poço, nem escola e lá não existe agente de saúde desde o ano passado [2020]”, disse Firmiano.

A liderança contou, ainda, que as comunidades já solicitaram medidas de acesso a diversas políticas públicas, mas não tiveram retorno até agora. Ele acredita que um gestor poderia facilitar a mediação. “Já solicitamos acesso a auxílios do governo, mas não fomos contemplados com nada, então, para melhorar a gente tinha que ter acesso a esses benefícios e, principalmente, ter um gestor”, enfatiza Firmiano.

Já a comunidade indígena Ponta do Evaristo, onde vivem 69 pessoas, está sem energia desde 2018, quando o gerador doado pela Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai) parou de funcionar. “Depois que isso aconteceu ficamos sem acesso à energia. Também temos dificuldade de acesso à água, porque usamos a água de um lago que é distante da comunidade, cerca de 25 minutos”, conta o cacique e líder da comunidade, José Alves. “Já tentamos buscar apoio, mas, até agora, nada. O nosso povo precisa de uma estrutura melhor para sobreviver, é isso que falta para melhorar a comunidade”, acrescentou. “A gente quer mudança, um desenvolvimento cada vez maior para o povo indígena, para que tenhamos acesso a todos os tipos de direitos humanos, porque a gente não tem acesso a nada. Precisamos de apoio do governo com recursos para ter uma gestão

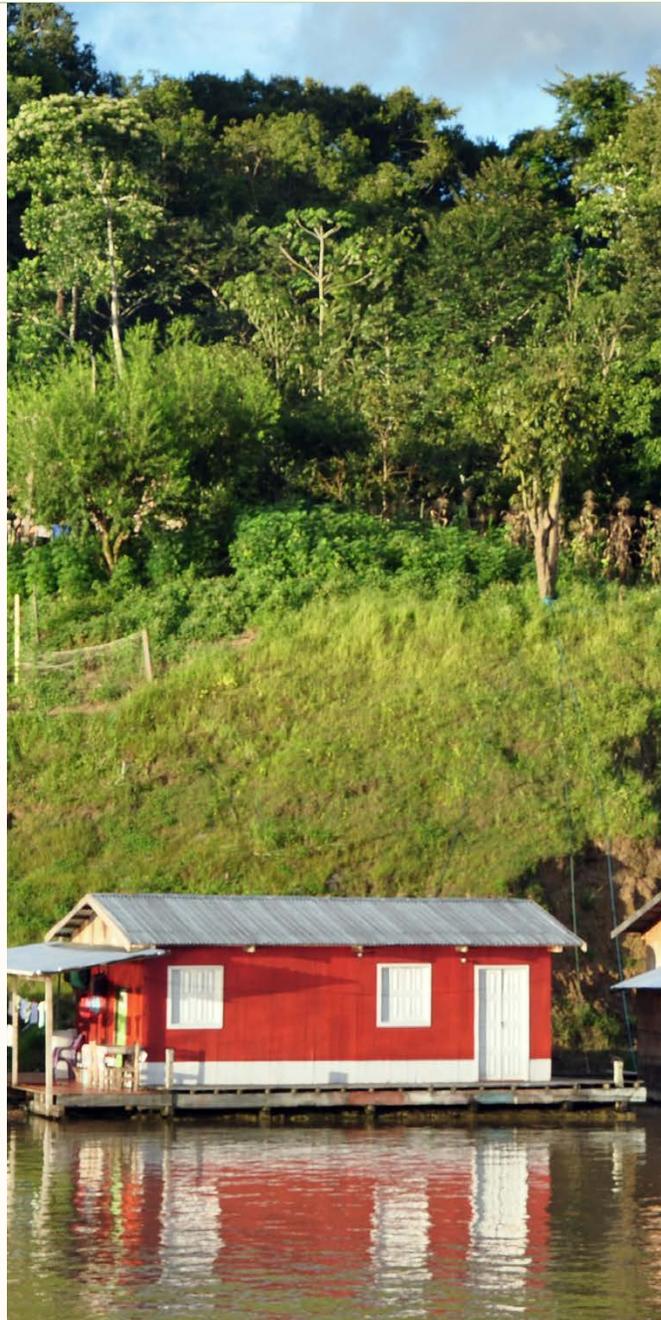


Foto: Cristie Sicsu / Cedra

da região”. Além desses problemas, a comunidade indígena ainda enfrenta invasões para retirada ilegal de madeira do seu território. “Com uma gestão, acredito que a gente pode preservar a nossa comunidade, nossa região, e creio que ninguém vai correr o risco das ameaças dos invasores”, finaliza José Alves.

No site da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (Sema), consta o nome de Rogério Sampaio Bessa como gestor provisório da FES Tapauá e outras duas UCs, o Parque Estadual (Parest) Serra do Acará e a Reserva Biológica (Rebio) Morro dos Seis Lagos. Por meio de nota, o chefe do Departamento de Mudanças Climáticas e Gestão de Unidades de Conservação (Demuc), Gleidson Aranda, acrescentou que “a gestão das 42 unidades de conservação estaduais é realizada pela Sema por meio do Demuc” e que “a Floresta Estadual de Tapauá não possui um gestor fixo no município, sendo que a gestão é realizada de acordo com as demandas (identificadas por esta Sema ou apresentadas pelos moradores da UC) e disponibilidade de recursos, sendo executadas pela Sema e demais instituições governamentais quando se trata de ações de fiscalização a ilícitos ambientais”.

DESMATAMENTO

A Floresta Estadual de Tapauá foi criada em 2009 ante-vido pressões provocadas pela repavimentação da BR-319. No entanto, o crescente desmatamento e a falta de gestão têm colocado em risco o papel da UC, localizada entre os municípios de

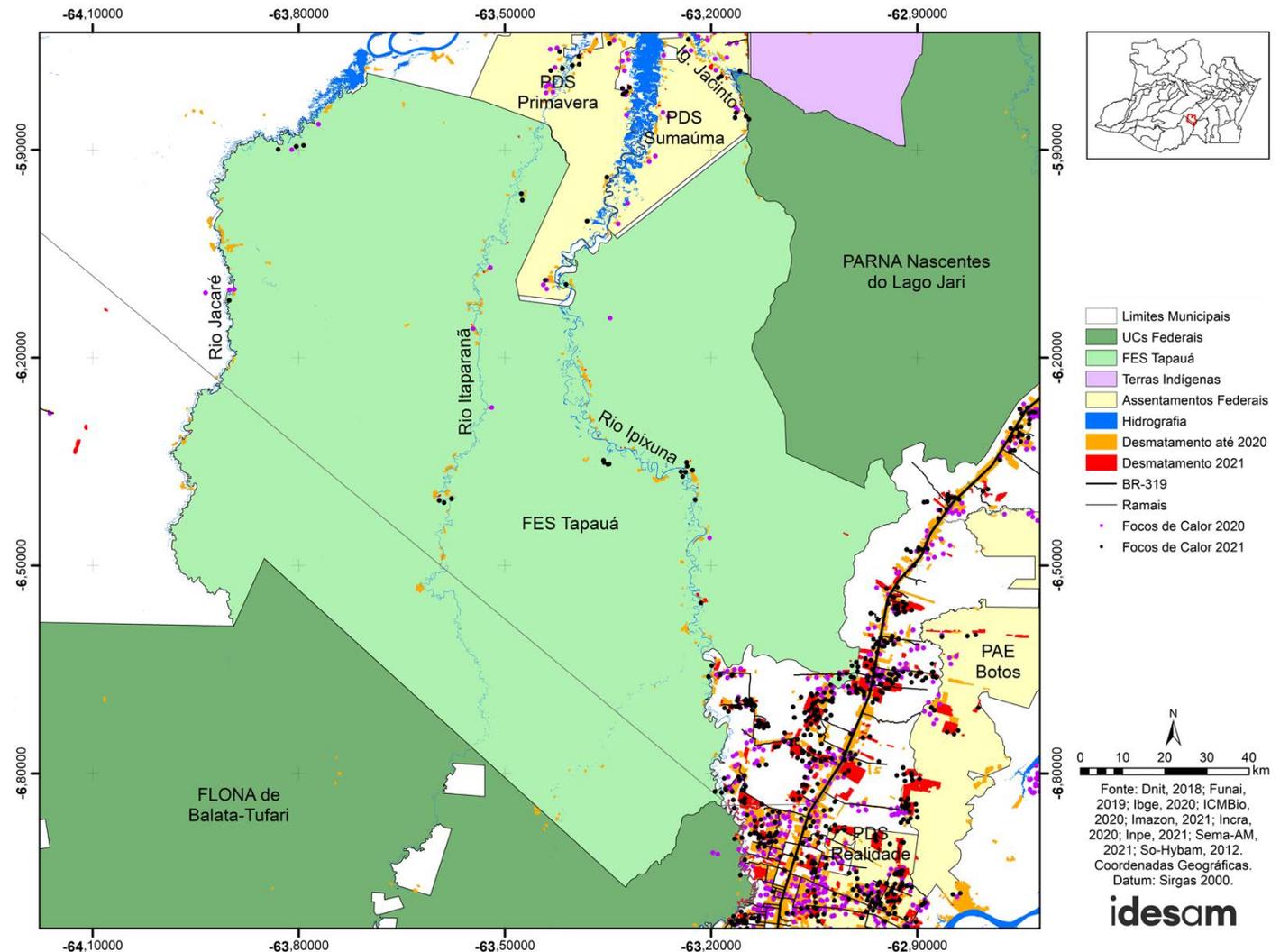
Tapauá e Canutama. Durante a visita ao local, o OBR-319 aplicou questionários socioambientais para mapeamento das cadeias produtivas existentes e em potencial, além de atividades ligadas à bioeconomia.

“Ouvimos relatos, principalmente, sobre invasões para a prática de atividades ilegais dentro da UC e casos de pesca ilegal”, conta a pesquisadora Paula Guarido. Ela acrescenta que os moradores consideram o ramal Belo Monte, que vem de Canutama, um dos pontos vulneráveis da FES. “Eles dizem que esse ramal é bastante recente, que surgiu do começo da pandemia para cá. O rio Ipixuna também é protagonista de diversos relatos, inclusive, de que moradores desta região já são ameaçados por invasores que praticam atividades ilegais na área”, acrescenta.

“Algumas pessoas relataram que as atividades ilegais começaram depois da saída do gestor da FES Tapauá. Mas que, há mais ou menos dois anos, essas atividades estão aumentando em proporção. Checando as imagens e os dados de desmatamento, é perceptível que os relatos dos comunitários fazem sentido e que esse processo, realmente, teve início neste intervalo”, acrescenta Paula Guarido.

A FES Tapauá é uma área com diversas complexidades. As principais dizem respeito à geografia, pois a floresta abrange uma grande área e é cortada por rios extensos, como o Jacaré, que fica a 32 km da comunidade Belo Monte, além do Jatuarana, do Itaparana e do Ipixuna, que liga a UC ao Distrito Realidade, em Humaitá (AM).

Mapa - Desmatamento na FES Tapauá até 2021





De acordo com dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) a primeira vez que a FES Tapuá registrou desmatamento foi em junho de 2018, com 0,86 ha de área desmatada. Desde então os números só aumentam. Em 2021, a UC alcançou recordes históricos de desmatamento, com uma estimativa de 184,10 ha de perda florestal ([Confira a tabela com a série histórica](#)).

AUSÊNCIA DE GESTOR LEVA AO RISCO DE DEVASTAÇÃO

Não é de hoje que os problemas de gestão ambiental do Amazonas chamam a atenção de órgãos fiscalizadores. Em 2020, o procurador do Ministério Público de Contas do Amazonas (MPC-AM), [Ruy Marcelo Alencar de Mendonça](#), fez um [Alerta de Responsabilidade Fiscal](#) ao governo do Estado, para que fossem reavaliadas e fortalecidas “a gestão financeira, de recursos humanos e de materiais em ações de comando e controle no enfrentamento ao desmatamento e queimadas ilegais” a fim de que a gestão não tivesse as contas do exercício de 2019 reprovadas. [A proposta foi acatada pelo Tribunal de Contas do Estado](#).

Mas, segundo o procurador, o governo não deu uma “resposta consistente e com resultados sensíveis”, por isso, em agosto de 2021, o alerta se converteu em 13 representações contra o governador Wilson Lima (PSC), “por aparentes danos florestais, ambientais, climáticos e patrimoniais, em decorrência da reiterada omissão

de combate ao desmatamento ilegal no Amazonas” em municípios do estado, entre os quais [Tapuá](#).

Ao OBR-319, o procurador explicou que tomou a medida devido “à evidência de fragilidade e deficiência de gestão das Unidades de Conservação”. E acrescentou: “Constatamos a designação precária, para compor o serviço, de um único agente público, na maioria dos casos temporário e terceirizado, para promover os atos de gestão em cada UC, sem adequado suporte de recursos humanos e materiais assegurados em orçamento público, fundamentais para se ter o mínimo controle e gerenciamento das extensas áreas protegidas. Também não há adequada estrutura para fiscalização territorial, o que inviabiliza até mesmo os recentes projetos de exploração sustentável, porque, com a ausência do Estado, não há como assegurar a integridade das concessões florestais a pessoas privadas.”

De acordo com [informações atualizadas no site da Sema pelo Demuc em 28 de dezembro de 2021](#), a secretaria dispõe de 14 gestores para 35 das 42 Unidades de Conservação estaduais. Alguns deles, chegam a gerir sete UCs, e apenas quatro possuem um gestor exclusivo.

“Portanto, cumprimos dever de ofício e representamos ao TCE-AM (Tribunal de Contas do Estado do Amazonas) contra esse estado de coisas”, explica Ruy. “Falta consolidar a implantação das unidades e promover efetiva gestão capaz de realizar os fins que presidiram a criação das unidades”, disse ao OBR-319 o procurador. “Não basta delimitar em cartório a área. Não basta elaborar no papel um plano de gestão ou de manejo florestal. Faz-se necessário dotar, efetivamente, os espaços de mecanismos que possam es-

truturar em campo as condições socioambientais favoráveis à manutenção dos atributos naturais protegidos e ao desenvolvimento humano. Atendendo a uma de nossas representações, contra vícios desde governos passados, relativamente às UCs da área de influência da BR-319, o Tribunal de Contas expediu recentemente o [Acórdão nº 743/2021 - Pleno](#), que demanda providências do governo atual para reverter o quadro na área”, acrescentou.

Ruy avalia que se a situação persistir, “o risco é de devastação. Sem exagero”. Obras como a BR-319 e a frágil governança na área de influência da rodovia são agravantes para o cenário. “No contexto regional de aumento populacional por fluxo migratório crescente e de grandes obras e empreendimentos sem a devida sustentabilidade, a falta de adequada gestão das UCs ameaça a integridade e frustra a própria razão de ser desses espaços juri-



Foto: Reprodução / Ipaam

Procurador Ruy Marcelo (de blusa preta) em visita ao Ipaam.



dicamente protegidos". O procurador também chama a atenção para o colapso climático, agravado pela perda de cobertura florestal nestas áreas. "Sem a equipe e os instrumentos para eficiência de gestão no local, não há como garantir governança territorial nem o desenvolvimento de políticas públicas de conservação e proteção. As unidades florestais ficam vulneráveis a invasões e a usos nocivos que causam severa degradação ambiental, com a consequente exclusão e opressão das populações tradicionais e a perda dos atributos naturais da biodiversidade amazônica e de seus serviços ecossistêmicos em benefício à sadia qualidade de vida e ao equilíbrio climático", avaliou o Ruy Marcelo.

O procurador também destaca que toda a área compreendida pelo bioma Amazônico em território brasileiro, segundo o Artigo 225 da Constituição, é reconhecida como espaço especialmente protegido, cuja preservação e conservação incubem a todos os entes federados. "Não obstante, quando, por ato específico, como parte de sua missão constitucional, o estado do Amazonas cria uma UC, assume o dever de promover a mais particularmente adequada ordenação destes territórios como parte integrante de seu patrimônio ambiental e como objeto de função gerencial estadual, em caráter indisponível e irrenunciável", disse. "Os agentes do Poder Executivo, passados e atuais, são, em tese, responsáveis pelos danos decorrentes de eventual má gestão, na forma da lei, tanto por ações divorciadas da Lei assim como por atos de terceiros somados à sua negligência em relação a programas de desenvolvimento e ao combate às causas de degradação e desflorestamento", finalizou Ruy Marcelo.

ALTERNATIVAS

As atividades ilegais realizadas dentro da FES Tapauá representam perdas de diversas maneiras para os moradores da UC. "Eles têm a segurança afetada, a qualidade de vida comprometida e perda de recursos, porque os invasores, normalmente, retiram madeiras de espécies de interesse comercial para vender de maneira ilegal. Só quem ganha são os criminosos, não os moradores da FES", explica a secretária executiva do Observatório BR-319, Fernanda Meirelles.

O coordenador do Cidades Florestais Madeira-Purus no Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam), Marcus Biazatti, explica que algumas áreas da FES Tapauá já perderam o potencial para exploração de manejo florestal, pois estão localizadas na margem da estrada e tiveram as espécies de interesse comercial retiradas. "O intuito do projeto é fazer uma análise de dados e mapear o potencial de manejo florestal junto a comunidade. Também queremos implantar salvaguardas que garantam o protagonismo da comunidade na exploração de manejo florestal. Assim, mostraremos aos entes públicos que há a possibilidade de fazer parcerias entre a comunidade e o mercado interessado através de regras definidas pela própria comunidade e respeitando a legislação, totalmente fora das concessões públicas", esclarece.

Mas ainda existem atividades ligadas à bioeconomia como a produção de açaí e extração de óleo de copaíba que podem se converter em opção de renda sustentável para as comunidades, desde que tenham a cadeia de valor estruturada. "As comunidades da FES Tapauá

já vivem de atividades sustentáveis como o extrativismo, a agricultura familiar e a pesca. Elas também têm em vista outras atividades em potencial, mas que, por diversos motivos, ainda não começaram a desenvolvê-las, o açaí é um exemplo", relata a pesquisadora Paula Guarido. "Diversos moradores relataram que o fruto é abundante na FES, mas que por ser perecível, necessitam de uma estrutura de armazenamento e refrigeração. Além do mais, eles relatam que não tem compradores no município. Essa cadeia é uma boa oportunidade, mas precisaria ser melhor estruturada. O óleo de copaíba também é um produto citado por eles, mas nem todos os comunitários sabem manejá-lo adequadamente e precisam de treinamento e assessoramento técnico para desenvolver a atividade", conclui.



A Floresta Estadual Tapauá está localizada entre os municípios de Tapauá e Canutama e foi **criada pelo Decreto nº 28.419 de 2009**, durante o governo de Eduardo Braga e na gestão da secretária de meio ambiente e desenvolvimento sustentável Nádya Cristina D'ávila Ferreira. A UC possui plano de manejo e conselho gestor.

Matéria produzida em parceria com a jornalista Cristie Sicsú, enviada especial do OBR-319 a Tapauá (AM).



NESTA EDIÇÃO

Interior em Foco

Produção de castanhas-da-amazônia é alternativa sustentável para geração de renda em Tapauá

Extrativismo da espécie nativa é fonte de renda para comunidades locais e vem se fortalecendo com as atividades da Agroindústria Abufari – Produtos Amazônicos.

A castanha é um dos produtos do extrativismo de maior importância para a Amazônia. A atividade é uma fonte de renda sustentável para comunidades tradicionais, com a vantagem de que sua prática não gera impacto à floresta – pelo contrário, requer proteção das áreas de castanhais para prosperar.

Em Tapauá, castanha-da-amazônia abriu um novo cenário de desenvolvimento econômico com a instalação da Agroindústria Abufari – Produtos Amazônicos, há dois anos. A usina vem tornando a cidade um centro de produção, e não apenas um fornecedor de matéria-prima para outros estados.

Segundo o gerente da agroindústria, Raimundo Rabelo, um dos principais benefícios da presença da fábrica no local é a facilidade de escoar a matéria-prima sem a “figura” dos atravessadores, que acabam subordinando os coletores a uma lógica de forte dependência.



Raimundo Rabelo, gerente da fábrica de castanha Abufari

Fotos: Cristie Sicsú

“O produtor vende para a fábrica e a fábrica precisa de mão-de-obra, que é contratada na cidade. A prestação de serviço é toda feita no município: funcionários, transporte, entre outras atividades”, explica Raimundo. A venda da castanha direto para a fábrica também ajuda a fomentar um ciclo de geração de renda e emprego no município.

Na fábrica, o produto passa pelo processo de beneficiamento, que vai desde a quebra de ouriços até a embalagem à vácuo e segue para mercados de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná e Santa Catarina.



Atualmente, a agroindústria emprega diretamente 30 pessoas e tem como principal fornecedora a comunidade Fazenda do Abufari, onde 110 famílias vivem da atividade. O objetivo é ampliar esse grupo para 200 famílias com a inclusão de novas comunidades na cadeia produtiva. A expectativa é fechar a safra de 2021 com de 8,5 mil hectolitros de castanhas *in natura*.

“Esse ano, trabalhamos com 30 toneladas já industrializadas. O faturamento fica em torno de R\$ 1,8 e R\$ 1,9 milhão”, afirma Rabelo. O gerente-geral ainda destaca que o preço final do alimento que chega à mesa do consumidor é impactado principalmente pelo volume da safra. “Os valores variam de acordo com a produção. Em safras maiores, o preço fica mais baixo”, complementa.

Agora, o plano é buscar mais parcerias com as comunidades da região para o aumento da produção e evolução do negócio. “A credibilidade da empresa está segura. É uma empresa séria e já provamos isso para as comunidades. Então, queremos aumentar a produção, aumentar a nossa distribuição, evoluir os equipamentos e máquinas. Pretendemos, daqui a três anos, estar trabalhando com 500,5 toneladas de castanha por ano”, conclui Raimundo Rabelo.

Materia produzida pela jornalista Cristie Sicsú, enviada especial do OBR-319 a Tapauá.



Monitoramentos: Focos de Calor, Desmatamento e Covid-19



Monitoramento de Focos de Calor

Em novembro, tanto a Amazônia Legal quanto o Amazonas, Rondônia e os municípios da BR-319 apresentaram redução no número de focos de calor em comparação a novembro de 2020. As reduções foram de 20%, 34%, 75% e 47%, respectivamente. Para a Amazônia Legal e o Amazonas, os valores desse mês foram os menores para o mês de novembro, considerando os últimos 12 anos (2010-2021).

QUEDA NO NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

Oito municípios apresentaram redução no número de focos de calor em novembro de 2021 em comparação ao mesmo mês de 2020, com destaque para Canutama e Manaus, que zeraram o número de focos. Careiro da Várzea e Manaquiri apresentaram aumento no número de focos, enquanto Autazes, Careiro e Borba mantiveram o número apresentado em novembro de 2020.



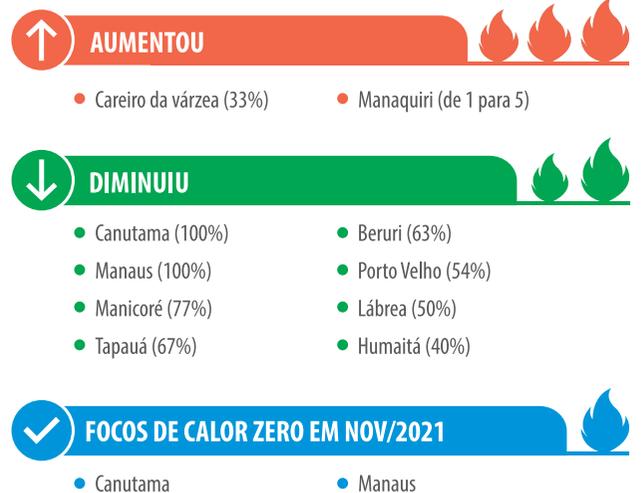
NÚMERO DE FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



FOCOS DE CALOR NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE NOVEMBRO (2010 A 2021)



COMPORTAMENTO DOS FOCOS DE CALOR NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A NOVEMBRO DE 2020



* Autazes, Careiro e Borba mantiveram o mesmo número de focos apresentado em novembro de 2020.



ÁREAS PROTEGIDAS - TERRAS INDÍGENAS ZERAM OS FOCOS DE CALOR

Três Unidades de Conservação (UCs) apresentaram focos de calor em novembro: Rsex Jaci-Paraná, quatro focos; RDS Piagaçu-Purus, dois focos; e a Flona de Humaitá, um foco. Em relação às Terras indígenas (TI), esta é a primeira vez em 12 anos que nenhuma das 69 TIs monitoradas apresenta focos de calor no mês de novembro.

RETORNO DA RESEX JACI-PARANÁ AOS MONITORAMENTO DO OBR-319

De acordo com a decisão do Tribunal de Justiça de Rondônia, a Lei Complementar Estadual nº 1.089, de maio de 2021, que reduziu drasticamente a área da Reserva Extrativista Jaci-Paraná, é inconstitucional. Com essa decisão, o OBR-319 voltará a monitorar mensalmente a área original da UC. [Clique aqui](#) para saber mais.

0%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR

7%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM FOCOS DE CALOR



LISTA DE TIs MONITORADAS

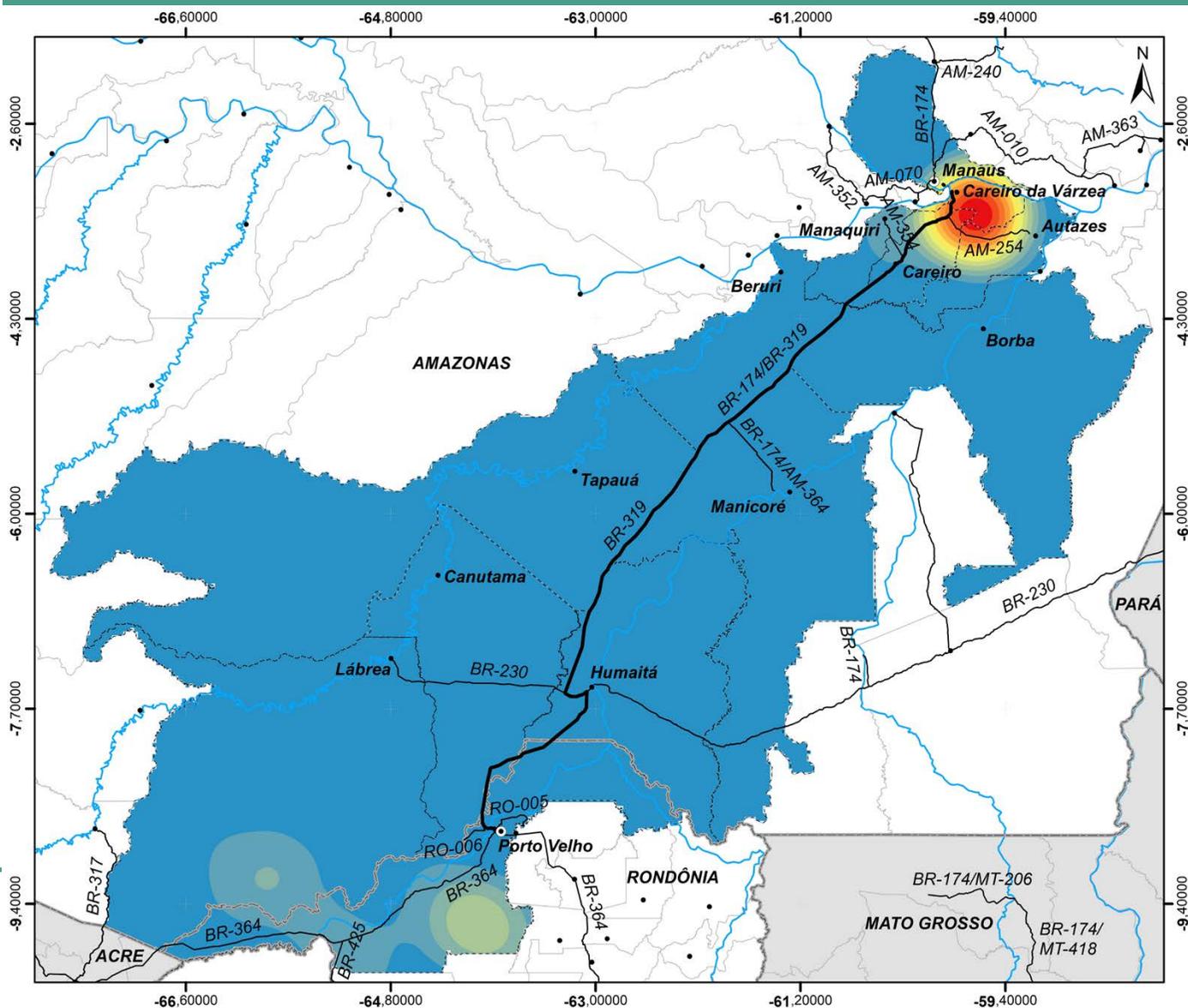


LISTA DE UCs MONITORADAS



Os dados de focos de calor foram adquiridos do Programa Queimadas, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE (<http://www.inpe.br/queimadas/bdqueimadas>). No mapa, há uma representação de densidade de pontos para o período analisado, a partir da estimativa de densidade por Kernel.

Mapa de Densidades de Foco de Calor nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Novembro 2021





Monitoramento de Desmatamento

Em novembro de 2021, a Amazônia Legal, o Amazonas e Rondônia apresentaram queda no desmatamento em comparação ao mesmo mês em 2020. As reduções foram de 1%, 11% e 7%, respectivamente. Já os municípios da BR-319 apresentaram aumento de 7%, o que representou o recorde de desmatamento da série histórica para o mês de novembro (2010-2021).

AUMENTOS E QUEDAS EXPRESSIVAS NOS MUNICÍPIOS DA BR-319

Seis municípios apresentaram aumento no desmatamento em comparação a novembro de 2020. Para cinco deles, o desmatamento foi recorde para o mês de novembro dos últimos doze anos: Canutama, Manaquiri, Humaitá, Careiro e Porto Velho. Os outros sete municípios monitorados apresentaram queda no desmatamento, com destaque para Autazes, onde a queda foi de 87%.

Segundo dados do Imazon, Porto Velho foi o 4º município mais desmatado da Amazônia Legal e Lábrea o 9º.



DESMATAMENTO EM HECTARES NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319



COMPORTAMENTO DO DESMATAMENTO NOS 13 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 EM COMPARAÇÃO A NOVEMBRO DE 2020

AUMENTOU

- Canutama (716%)*
- Manaquiri (305%)*
- Humaitá (242%)*
- Careiro (217%)*
- Manaus (143%)
- Porto Velho (2%)*

DIMINUIU

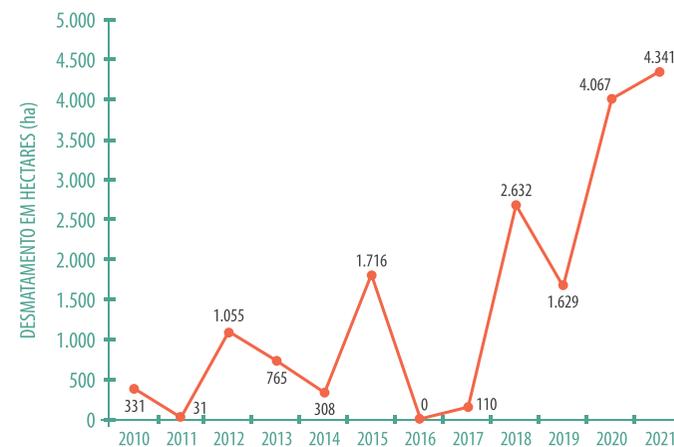
- Autazes (87%)
- Tapauá (71%)
- Careiro da Várzea (42%)
- Beruri (34%)
- Manicoré (33%)
- Lábrea (26%)
- Borba (8%)

DESMATAMENTO ZERO EM NOV/2021

Não tivemos nenhum município.

*Municípios que apresentaram desmatamento recorde da série histórica (2010-2021).

DESMATAMENTO NOS MUNICÍPIOS DA BR-319 NOS MESES DE NOVEMBRO (2010 A 2021)





ÁREAS PROTEGIDAS

Cinco Unidades de Conservação (UCs) e cinco Terras Indígenas (TIs) apresentaram desmatamento em novembro de 2021. A UC mais desmatada foi a Resex Jaci-Paraná, com 102 hectares (ha) de perda florestal, e a TI Karipuna foi a mais desmatada dentre as TIs, com 71 ha desmatados, valor recorde para o mês em 12 anos.

Segundo os dados do Imazon, a Resex Jaci-Paraná foi a 3ª UC mais desmatada da Amazônia Legal. Já a TI Karipuna foi a 3ª TI mais desmatada da Amazônia Legal e a TI Sissaíma a 4ª.

Para saber mais sobre o desmatamento em novembro nas áreas protegidas da BR-319, [clique aqui](#).

7%

DAS 69 TERRAS INDÍGENAS (TIs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

12%

DAS 42 UNIDADES DE CONSERVAÇÃO (UCs) APRESENTARAM DESMATAMENTO

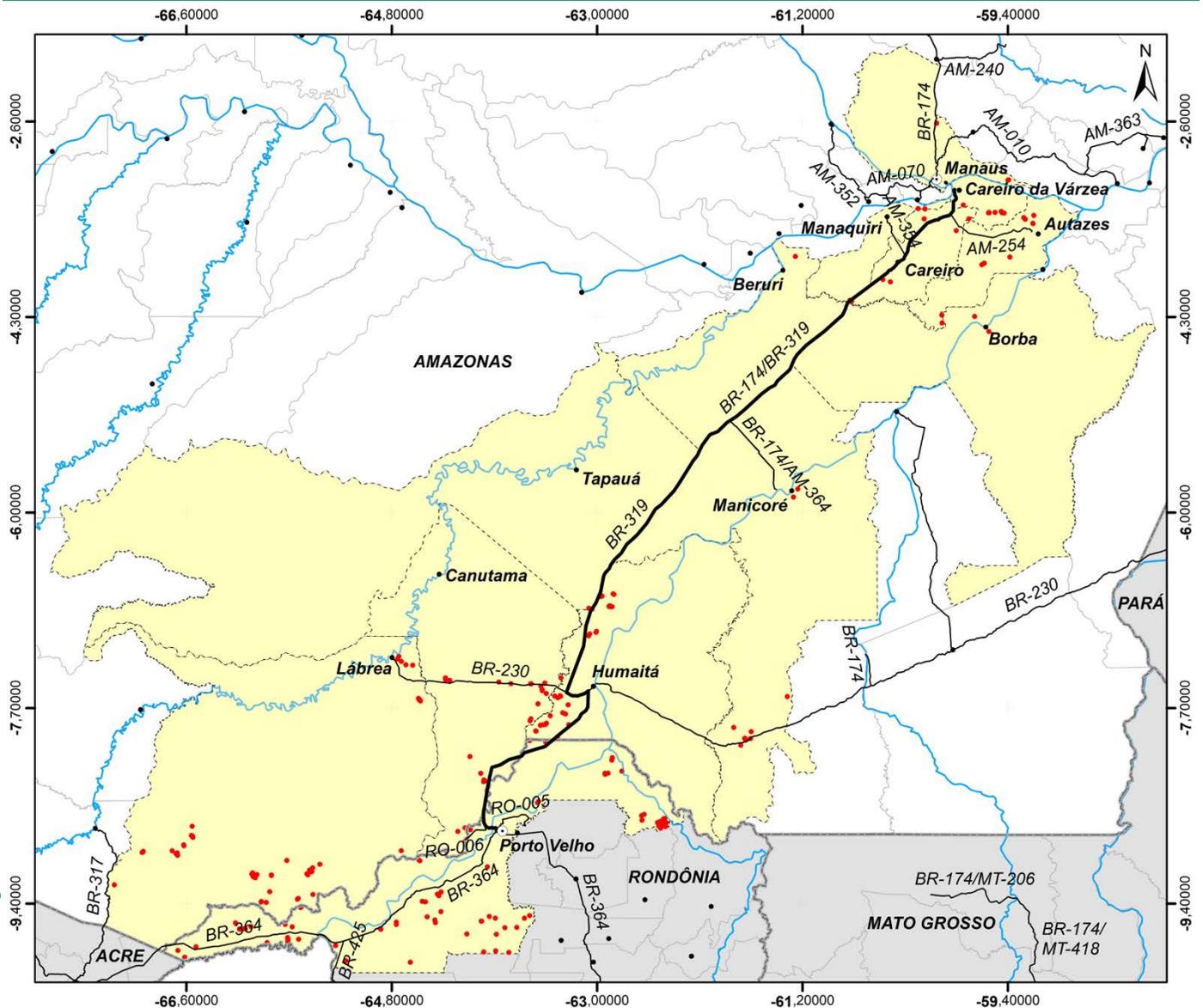
LISTA DE TIs MONITORADAS

LISTA DE UCs MONITORADAS



As informações de desmatamento foram adquiridas do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD) do Imazon (<https://imazongeo.org.br/#/>). No mapa, estão representadas em pontos as localizações das áreas em que houve desmatamento.

Mapa de Desmatamento nos 13 municípios da área de influência da BR-319 - Novembro 2021





Monitoramento da covid-19

VACINAÇÃO

Devido a problemas na disponibilização de dados sobre a vacinação pelo Ministério da Saúde, não foi possível verificar os números da imunização até a conclusão da edição deste informativo. As informações serão atualizadas no próximo mês.

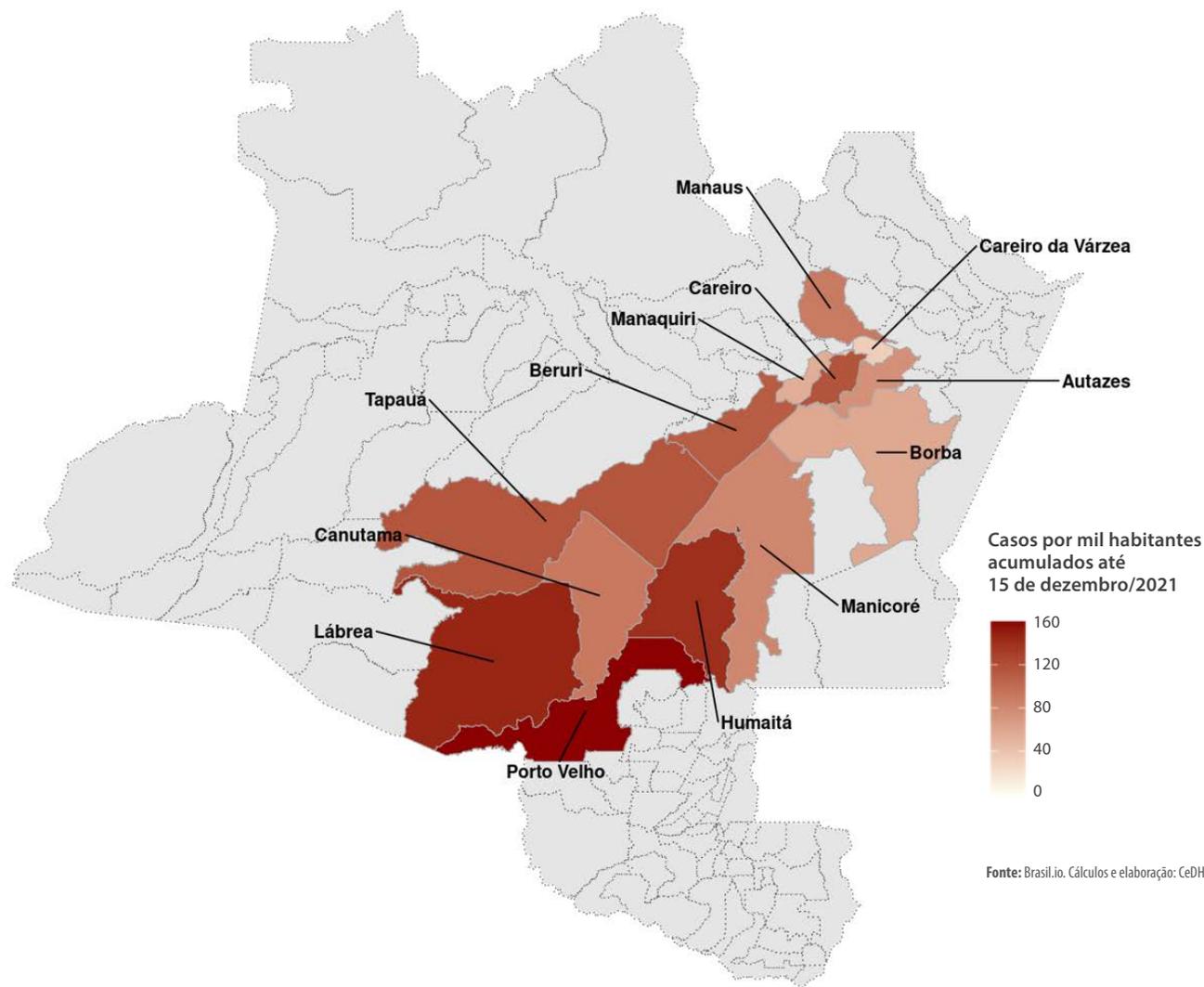
NOVOS CASOS

Entre 15 de novembro e 15 de dezembro, dos 13 municípios sob influência da BR-319, Manaus, Porto Velho e Autazes registraram mais de 100 novos casos de covid-19. Autazes apresentou a maior taxa de aumento em relação aos casos acumulados até dia 15 de dezembro, com 6,67% de aumento, o que representa 194 novos casos, Manaus e Porto Velho, com 720 e 1.126 novos casos, apresentaram um aumento de 0,35% e 1,28% no número de casos, respectivamente.



Foto: Pete Linforth/Pixabay

Mapa das áreas com casos de covid-19 nos 13 municípios sob influência da BR-319 - acumulado até 15 de dezembro/2021.



Fonte: Brasil.io. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.



CASOS ACUMULADOS

Em Manaus, já são 205,7 mil casos de covid-19 desde o início da pandemia até o dia 15 de dezembro de 2021; 88,9 mil casos em Porto Velho; 8,1 mil em Humaitá; e 7 mil em Lábrea. Nos 13 municípios sob influência da BR-319, os casos acumulados de covid-19 somam aproximadamente 333 mil.

Em termos relativos ao total da população, Porto Velho apresenta a maior taxa, acima de 160 casos por mil habitantes. Em seguida, Humaitá e Lábrea são os municípios com o maior número de casos acumulados, com mais de 140 casos por mil habitantes. Careiro, Tapauá e Beruri estão logo atrás com taxas superiores a 110 casos por mil habitantes. (conforme o mapa).

ÓBITOS

Entre 15 de novembro e 15 de dezembro, foram registradas 31 mortes nos 13 município sob influência da BR-319. Desde o início da pandemia, até o último dia 15, foram 12,77 mil mortes.

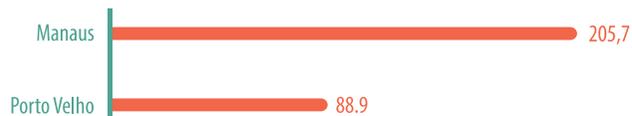
O maior aumento relativo de óbitos se deu em Canutama, com duas mortes, representando um aumento de 25% no número de mortes acumuladas desde o início da pandemia. Em termos absolutos, Manaus apresentou o maior aumento com 15 mortes – o que corresponde a um aumento de 0,16%.

11 MUNICÍPIOS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Dados por mil casos
Até 15 de dezembro de 2021

CAPITAIS SOB INFLUÊNCIA DA BR-319 - CASOS ACUMULADOS COVID-19



Fonte: Brasil.io e <https://github.com/wcota/covid19br>. Cálculos e elaboração: CeDHE-FGV.

NÚMEROS DA PANDEMIA NO BRASIL

- » Plataforma oficial do Governo Federal
- » Painel Conass Covid-19

NÚMEROS DA PANDEMIA NA AMAZÔNIA, AMAZONAS E RONDÔNIA

- » InfoAmazônia – Mapa interativo Covid-19
- » Plataforma oficial do Estado do Amazonas
- » Plataforma oficial do Estado de Rondônia
- » ODS Atlas Amazonas - Covid-19-Amazonas

NÚMEROS DA PANDEMIA NA POPULAÇÃO INDÍGENA

- » Boletim epidemiológico da Sesai – Casos indígenas
- » Coiab – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- » ISA - Instituto Socioambiental: Indicador de vulnerabilidade das Terras Indígenas em relação a covid-19



Diálogos da BR-319

Reunião realizada pelo PPI na Sema-AM.

Governo Federal quer estabelecer diálogo direto com atores envolvidos no processo de licenciamento das obras no Trecho do Meio

O Programa de Parcerias de Investimentos (PPI) promoveu em Manaus (AM), no dia 03 de dezembro, uma reunião para discutir aspectos de governança no Trecho do Meio da rodovia BR-319.

A ação foi coordenada pela secretária de apoio ao licenciamento ambiental e à desapropriação, Rose Hofmann. Na pauta estavam: portais da Amazônia, postos e delegacia da Polícia Rodoviária Federal (PRF), doação de um gleba da União sobreposta à Floresta Estadual (FES) de Tapauá, concessões florestais e ações adicionais. Representantes de órgãos ambientais, legislativos e organizações da sociedade civil acompanharam a reunião presencialmente, na sede da Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amazonas (Sema-AM), e *on-line*, por meio de transmissão simultânea realizada via internet.



Rose Hofmann e a secretária adjunta da Sema, Fabrícia Arruda.

Foto: Izabel Santos/OBR-319

“As ações de governança são importantes, porque representam medidas que serão implementadas com a eventual reconstrução do Trecho do Meio da BR-319 para evitar que haja desmatamento, grilagem de terras e ocupação desordenada. Por isso, essas ações de sustentabilidade ocorrem, havendo as-

faltamento ou não, porque a rodovia já existe e já provoca movimentos de ocupação do território”, explicou Rose Hofmann. “Buscamos convidar para esta reunião os atores envolvidos em discussões que já eram realizadas pelo Fórum da BR-319. É importante destacar que estas reuniões, que devem ser mensais, se somam, mas não esgotam o trabalho já desenvolvido pelo Ministério Público Federal”, acrescentou Rose.

Entre as informações importantes abordadas na reunião destaca-se a regularização, por meio de doação, de uma área federal de mais de 15.393 hectares sobreposta à FES Tapauá. A importância da medida é devido à possibilidade de a área entrar no programa de concessões florestais, o que permitiria a exploração econômica no trecho da floresta. Outra informação importante comentada na reunião, é de que os Portais da Amazônia que, a princípio, devem ser construídos próximos a Humaitá, no entroncamento com a BR-230, e em Manaquiri, próximo ao ramal de Democracia, ou em Careiro, serão ocupados pela Sema, Agência de Defesa Agropecuária e Florestal do Amazonas (Adaf-AM) e PRF. A polícia rodoviária também terá pontos de fiscalização exclusiva em Hevealândia, em Manicoré, e em Careiro, além de soluções tecnológicas para leituras de placas de veículos.

As reuniões realizadas pelo PPI ocorrerão na primeira sexta-feira do mês e devem ter na pauta discussões sobre governança no Trecho do Meio da BR-319. O local e horário serão divulgados pelo próprio órgão. O Observatório BR-319 trará mensalmente informações sobre os assuntos abordados.



Ciência

COMUNIDADE DE
REALIDADE

1 KM

A realidade da nova fronteira de degradação da Amazônia brasileira

Por **Maryane BT Andrade**

A exaustão das florestas pelo modelo predatório de exploração das antigas fronteiras madeiras no “arco do desmatamento” — região onde há maior densidade de estradas pavimentadas na Amazônia — atua como fator determinante para abertura de novas fronteiras de exploração e degradação.

Estudos recentes vêm evidenciando uma mudança na geografia da atividade madeira da Amazônia pela migração da atividade para áreas centrais como o sul do Amazonas e o oeste do Pará. O Distrito Realidade, que compõe a região de influência do estudo que realizamos, pertence ao município de Humaitá, no sul do Amazonas, e, segundo o TCU (2020), a região é uma das atuais fronteiras de exploração ilegal de madeira do Amazonas.



Foto: Maryane Andrade / Cedida

Nosso trabalho investigou se a proximidade da floresta com a rodovia BR-319 e com o Distrito Realidade está associada à degradação florestal ao longo do tempo. Nós amostramos 20 parcelas permanentes do Programa de Pesquisa em Biodiversidade (PPBio), distribuídas paralelamente à rodovia entre os quilômetros 400 e 620, em dois períodos diferentes, em 2010 e 2019.

Três parcelas de pesquisa sofreram exploração ilegal no período do estudo. A exploração foi responsável pela perda

de 9% da biomassa e pelo aumento de 338% da necromassa florestal, que são as árvores mortas no chão da floresta. Estas florestas, apresentaram um saldo líquido de carbono negativo e, portanto, passaram a emitir mais carbono para atmosfera do que absorver. Além disso, observamos que, após a exploração, havia três vezes mais necromassa, que atua como material combustível e aumenta a susceptibilidade dessas florestas a incêndios.

A proximidade da floresta com a BR-319 explicou 39% da perda da biomassa florestal e a proximidade com o Distrito Realidade foi responsável por 40% da mesma ação, ou seja, florestas que estão próximas da rodovia e próximas ao distrito foram as que mais sofreram degradação florestal.

Estes resultados evidenciam o avanço da exploração ilegal e a consequente degradação florestal em uma nova fronteira de exploração madeira na região centro-sul da Amazônia brasileira, mesmo antes da região experimentar a pressão pelo desmatamento com a planejada pavimentação da BR-319. Essa condição expõe urgência de ações e políticas públicas de combate à degradação florestal e ilegalidade na região da BR-319 ou então estas florestas terão o mesmo destino da antiga fronteira madeira, que hoje forma o famoso “arco do desmatamento”.

Maryane BT Andrade, é mestra em Ciências de Florestas Tropicais pelo Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa).



Minuto BR





Foto: Observatório BR-319



Campo



O OBR-319 reuniu nos dias 18 e 19/12 28 jovens moradores de comunidades do rio Madeira, em Manicoré (AM), em um encontro de integração para oficinas de formação em comunicação, que serão realizadas a partir de 2022. Os participantes foram recebidos na comunidade Boa Esperança, na RDS Rio Amapá, em atividades de entretenimento, mapeamento social e interação. A iniciativa contou com o apoio da Aliança para o Desenvolvimento Sustentável do Sul do AM, Fundação Getúlio Vargas (FGV), Central das Associações Agroextrativistas de Democracia (Caad) e Rede Transdisciplinar da Amazônia (Reta). Mais informações nos próximos informativos.

Avanço



Lideranças do rio Manicoré estiveram em Manaus entre os dias 07 e 09/12 para reuniões sobre a criação de uma UC na região. Os

encontros resultaram em avanços sobre medidas que deem segurança aos moradores do local e o combate a atividades ilegais na área. A pauta também será destaque nos próximos informativos.

Lançamento



Foi lançado em Porto Velho (RO), no dia 14/12, o projeto da Zona de Desenvolvimento Sustentável (ZDS) Abunã-Madeira. Planejada como um conjunto de ações multissetoriais voltadas para a promoção da sustentabilidade ambiental, a proposta pretende se diferenciar pela articulação institucional para cooperação técnica. A ZDS Abunã-Madeira engloba 32 municípios localizados no sul do Amazonas, leste do Acre e noroeste de Rondônia, que compreendem área total de 454.220 km² e população estimada em 1,8 milhão de pessoas.

Crime



O Presidente da Associação Transparência Humaitá, Emerson Jorge Auler, foi morto a tiros na porta de casa na noite de 08/12, em Humaitá (AM). Pessoas próximas à Auler informaram ao OBR-319 que ele já havia sofrido ameaças após a reintegração de posse de um terreno no Distrito Realidade. O OBR-319 solicitou informações sobre o andamento das investigações à Polícia Civil do AM e aguarda retorno.

Semana Chico Mendes



Cerca de 300 pessoas participaram da programação realizada em Xapuri (AC) entre 15 e 22/12. Pelo menos 15 organizações e mais de 50 lideranças estiveram presentes nos sete dias de evento com discussões sobre justiça climática, defesa de territórios, contexto político e muito mais. “Tivemos um encontro potente que vai render bons frutos daqui pra frente. O momento é crítico e a Resex Chico Mendes é, hoje, uma das mais desmatadas da Amazônia. Mas, tenho certeza, estamos mais unidos do que nunca para manter o legado de Chico vivo e ativo”, disse ao OBR-319 Angélica Mendes Mamede, coordenadora do Comitê Chico Mendes.



Fotos: Cristie Sicsú

+ Castanha



O IEB, organização membro do OBR-319, lançou no dia 23/11, a plataforma Observatório Castanha-da-Amazônia, o OCA. O trabalho é resultado da articulação entre importantes instituições, redes, coletivos e iniciativas atuantes na cadeia produtiva da castanha-da-amazônia e disponibiliza informações de interesse sobre a atividade econômica.



NESTA EDIÇÃO

Expediente

Coordenação // Fernanda Meirelles (Idesam)

Edição, Editoração e Textos // Izabel Santos (Idesam)

Monitoramentos

Focos de Calor e Desmatamento // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam) e
Thiago Marinho (Idesam)

Análises e Textos // Paula Carolina Paes Guarido (Idesam)

Levantamento de Dados e Mapas // Thiago Marinho (Idesam)

Covid-19 // Rodolfo Oliveira Lorenzo (CeDHE-FGV)

Revisão // Emanuelle Araújo (Up Comunicação Inteligente), Fernanda Meirelles (Idesam),
Larissa Mahall Marinho (Idesam), Luciano Lima (Casa do Rio) e Paula Guarido (Idesam)

Coordenação de Divulgação // Larissa Mahall Marinho (Idesam)

Projeto Gráfico e Diagramação // Sílvio Sarmiento (SS Design)

www.observatoribr319.org.br

REALIZAÇÃO:



OBSERVATÓRIO
BR-319



FAS
Fundação
Amazônia
Sustentável



idesam



TRANSPARENCY
INTERNATIONAL
the global coalition against corruption

